



PROJETO ELABORADO DURANTE O SEMINÁRIO CNSP 2022 É ACEITO PELO GOVERNO DE SP

Pág. 5



**A CNSP DEFENDE UMA
PEC PARA O SUBTETO
REMUNERATÓRIO
UNIFICADO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Pág. 2

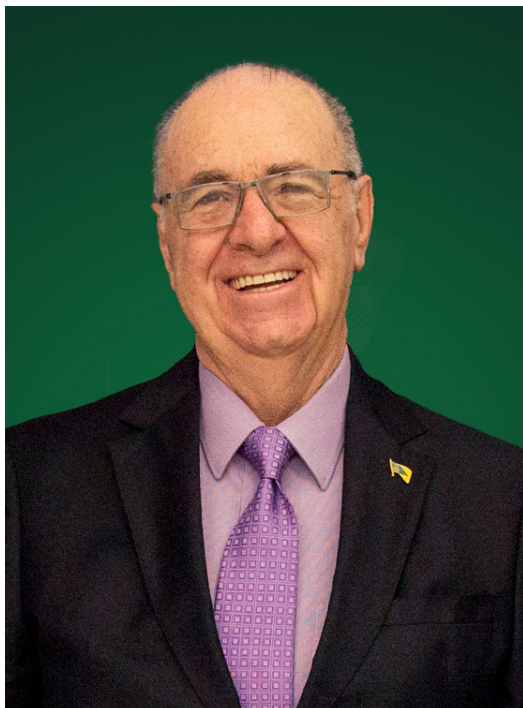
**CNSP ENTREGA AO
GOVERNO DE SP
PROPOSTA PARA
PAGAMENTO DE
PRECATÓRIO**

Pág. 4

**PRESIDENTE DA
CNSP APRESENTA
PROJETO À
SUPERINTENDÊNCIA
DO IAMSPE**

Pág. 6

PALAVRA DO PRESIDENTE



Antonio Tuccilio, Presidente da CNSP.

Não é de hoje que os servidores públicos sofrem com a pecha de “encostados”. Para a opinião pública em geral, o serviço público traz muitas vantagens e pouco trabalho. Essa ideia não poderia estar mais longe da verdade! O servidor público trabalha muito e é pouco valorizado. E ao contrário do que muitos pensam, as tais vantagens não são tantas assim: servidor não tem direito a FGTS, faz contribuição previdenciária mesmo depois de aposentado e pode, sim, ser demitido. Além disso, ainda sofre com a desvalorização por parte do poder público e com o preconceito da população. Mas a verdade é que, sem o servidor, a população ficaria desassistida. E isso ficou evidente durante a pandemia da COVID-19.

Se antes o SUS era visto pelo povo como um sistema falho, o coronavírus fez com que a percepção da população alterasse completamente. O caos de saúde causado pela pandemia só não foi maior graças aos excelentes profissionais que temos no SUS. Os servidores públicos da área de saúde foram responsáveis por salvar muitas vidas brasileiras desde 2020 e merecem ser mais valorizados, tanto pela população quanto pelo poder público.

Grande parte dessa desvalorização dos servidores públicos se dá pela questão salarial. Na iniciativa privada, um bom funcionário é recompensado com um bom salário. No serviço público, o chamado “abate-teto” faz com que muitos servidores não recebam a remuneração que realmente merecem, em decorrência da regra de limite de remuneração de acordo com o teto. Há servidores que chegam a receber irrisórios 30% do valor que realmente deveriam em razão dessa regra, o que consideramos um verdadeiro confisco!

Por conta da questão salarial, o serviço público acaba perdendo bons funcionários, que acabam migrando para o setor privado em busca de maior reconhecimento e remuneração. E quem perde é o povo. A saúde, a educação, a segurança e tantas outras só existem porque os servidores públicos existem. Há 30 anos, a CNSP luta pela valorização, reconhecimento e melhor formação dos servidores públicos, para que possam oferecer ao povo sempre os melhores serviços.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Tuccilio'.

Antonio Tuccilio
Presidente da CNSP

A CNSP DEFENDE UMA PEC PARA O SUBTETO REMUNERATÓRIO UNIFICADO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recentemente, foi aprovado o PL 592/22, atualizando o salário do Governador, Vice-Governador e Secretários para corrigir a defasagem que existia desde 2011 no subteto do Executivo, o qual está atrelado ao salário do Governador. Essa decisão resolveu temporariamente o subteto salarial do Executivo, que foi castigado desde 2003, quando da PEC 41, momento em que o STF rasgou a Constituição, pois reduziu salários de profissionais qualificados. Pensando nos 3 poderes, visto que o judiciário já está resolvido, o único que não foi atingido foi o Poder Legislativo, apesar de ter havido um aumento dos deputados

que atingiu metade do estabelecido pelo Executivo.

Para resolver definitivamente o problema, é preciso valorizar os servidores e, conseqüentemente, diminuir as baixas de profissionais que migram para o setor privado – fazendo com que a qualidade dos serviços prestados diminua – e aprovar o que os 20 estados da Federação já fizeram, ou seja, aprovar uma PEC fazendo com que, conforme previsto no parágrafo 12 do artigo 37, tenha um único teto, que estabeleça como limite 90,25% do salário dos desembargadores. Isso traria impacto financeiro de pequena monta, já que o Executivo

foi beneficiado pelo PL 592. Essa providência resolveria a injustiça com 200 servidores do Legislativo que não foram beneficiados com o projeto já aprovado.

Cabe ressaltar que, com isso, não teríamos, no futuro, a ligação com o salário do governador, o que é politicamente complicado. Portanto, vamos solicitar ao governo de São Paulo que encaminhe essa solução, a qual trará justiça ao Legislativo e fará com que os servidores do estado de São Paulo sejam valorizados dentro da unidade federativa que mais arrecada impostos e que apresenta o maior PIB da Federação.



CNSP ENTREGA AO GOVERNO DE SP PROPOSTA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Um projeto de lei de 2019 reduziu o valor máximo das requisições de pequeno valor (RPVs) no estado de São Paulo. Dessa forma, dívidas de até 15 mil reais são pagas pelo estado em até 90 dias; acima desse valor, é emitido o precatório, o qual não determina data limite para quitação do débito.

Atualmente, a fila dos precatórios do estado de São Paulo é imensa e o atraso no pagamento já conta 12 anos. Um levantamento efetuado apontou que 100 mil credores já faleceram sem receber os valores devidos pelo Poder Público. Diante disso, a CNSP propõe ao governo do estado a revogação da Lei 17.205/2019, que reduziu o valor máximo da RPV de R\$ 38.894,98 para R\$ 15.081,76 (em valores atualizados).

No fim de abril, o presidente da CNSP, em conjunto com os diretores Júlio Bonafonte e Cel. Valdir Suzano,

apresentou ao governo de São Paulo proposta que objetiva acelerar os pagamentos e diminuir o montante de precatórios atrasados em São Paulo, tendo como ponto principal o aumento do atual valor máximo da RPV, o qual é bem abaixo daquele praticado, por exemplo, pela capital do estado, que apresenta RPV de R\$ 27.693,08. Além disso, a proposta prevê a utilização de uma parte dos valores dos depósitos judiciais para quitação das dívidas em forma de precatórios.

A proposição foi elaborada por Julio Bonafonte, diretor jurídico da CNSP, e apresentada em audiência realizada com o Exmo. Sr. Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Gilberto Kassab, o qual se comprometeu a repassá-la ao departamento responsável para análise.

MESMO COM ATUALIZAÇÃO, TABELA DO IR MANTÉM DEFASAGEM

Após quase 10 anos congelada, a tabela do IR foi finalmente atualizada. No entanto, a alteração proposta pelo governo federal está longe de ser ideal, já que não apresenta correção integral da tabela de acordo com a inflação. A faixa de isenção proposta é até R\$ 2.112, o que deixando isentos de contribuição trabalhadores com renda mensal até 2 salários mínimos. Se a correção da tabela fosse feita com base na inflação, a isenção atingiria renda mensal até R\$ 4.683,93 (dados da Unafisco Nacional).

A manutenção de uma tabela defasada acaba se tornando uma forma indireta de aumento na cobrança de impostos, pois isenta faixa da população consideravelmente menor do que ideal. Ademais, a MP enviada pelo Presidente ao Congresso não alterou as outras fai-

xas da tabela: trabalhadores com renda mensal a partir de R\$ 4.664,68 continuarão a pagar a alíquota de 27,5% - quando, na verdade, deveriam ser isentos. O último ajuste integral da tabela ocorreu em 1996. Desde então, a defasagem atingiu mais de 150%, segundo estimativas mais recentes.

A correção proposta, apesar de positiva, pode ser considerada um passo minúsculo por parte do governo, principalmente por não atingir todas as faixas da tabela e representar isenção para menos de 11 milhões de contribuintes. Com a correção integral da tabela, essa isenção poderia beneficiar perto de 30 milhões de brasileiros. Mais uma vez, o ônus ficará com o trabalhador brasileiro.

PROJETO ELABORADO DURANTE O SEMINÁRIO CNSP 2022 É ACEITO PELO GOVERNO DE SP



Governo de SP apresenta proposta de reajuste salarial a policiais e autoriza abertura de concurso público.

A segurança pública do estado de São Paulo foi pauta do Seminário CNSP de 2022, onde as entidades presentes aprovaram estudo que viabilizava o aumento do contingente e a valorização do policial. No mês passado, o presidente da CNSP, Dr. Antonio Tuccilio, e os diretores Júlio Bonafonte e Cel. Valdir Suzano estiveram em audiência com o Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Gilberto Kassab, apresentando a proposta

elaborada pelos nossos Grupos de Estudos, que previa a melhoria da remuneração salarial e abertura de 10.000 vagas para Soldado PM (QPPM) através de concurso público. A Secretaria de Segurança Pública e outras entidades ligadas à segurança também fizeram solicitações nesse sentido.

Com grande satisfação, compartilhamos que o Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, autorizou concurso público para o preenchimento de 5.400 vagas para soldados e 200 vagas para oficiais, em aceite parcial à

proposta apresentada pela CNSP. Complementarmente, no início de Maio, o governador encaminhou à ALESP projeto de lei que prevê reajuste salarial às forças de segurança do estado. A medida, que propõe aumento médio de 20,2%, inclui profissionais das polícias Civil, Militar, Técnico-Científica e Corpo de Bombeiros, além de aposentados e pensionistas. Caso seja aprovada, a proposta beneficiará mais de 150 mil servidores. É o início de uma recuperação salarial abandonada há muitos anos.

PRESIDENTE DA CNSP APRESENTA PROJETO À SUPERINTENDÊNCIA DO IAMSPE

No final de Abril, o presidente da CNSP, Dr. Antonio Tuccilio, esteve em reunião com a Superintendente do IAMSPE, Sra. Maria das Graças Bigal Barboza da Silva. Na conversa, foi apresentada a proposta da CNSP para que o Governo do Estado de São Paulo inclua no projeto orçamentário de 2024 a previsão de uma contribuição, por parte do poder público, dos mesmos 3% pagos pelos servidores para manutenção do Hospital do Servidor.

A previsão de arrecadação para o ano de 2023 é de R\$ 2 bilhões, sendo 100% do valor proveniente da contribuição dos próprios servidores do estado. Com a nossa proposta, esse valor poderia até dobrar, só pedimos que o governo do estado assuma a responsabilidade de participar dessa contribuição tanto quanto os servidores.

Durante o encontro, a Sra. Superintendente informou que a nova gestão está bastante empenhada em realizar as melhorias há tempos necessárias ao IAMSPE, incluindo a previsão de suplementação ao orçamento para a realização de convênios no interior do estado. Segundo a Sra. Barboza da Silva, a Superintendência do IAMSPE está revisitando todas as regiões do estado, a fim de identificar as carências de hospitais, consultórios e dos SADT (Serviços de Apoio, Diagnóstico e Terapia) e pretende investir em novos equipamentos e serviços, visando aumentar a rede de assistência atual.



Sra. Barboza da Silva, Superintendente do IAMSPE, e Antonio Tuccilio.

Outra medida importante da nova gestão a ser salientada é a nomeação de profissionais técnicos para os cargos mais importantes do Instituto, como o Sr. Marcelo Itiro Takano na diretoria do HSPE e o Sr. Claudio Andraos na diretoria do Departamento de Convênios e Assistência Médico-Ambulatorial.

O presidente da CNSP saiu do encontro extremamente satisfeito e bastante confiante na competência da Sra. Barboza da Silva, que deixou clara a seriedade e humanidade com as quais está conduzindo a gestão do IAMSPE.



BUROCRACIA TRIBUTÁRIA CUSTA R\$ 430 BILHÕES POR ANO AO BRASIL



Estudo da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) mostra que são necessárias 600 horas por ano para o cumprimento de obrigações tributárias pelos contribuintes junto à Receita Federal. É um custo extremamente elevado. Para se ter uma ideia, pesquisa feita entre 190 países mostra que a média não passa de 234 horas.

Esses dias, li um excelente artigo do querido colega Carlos Leony, presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp), e de Fábio Rocha Verbicário, superintendente de Automatização da Fiscalização e do Atendimento da Sefaz-RJ. No texto, eles destacam o quanto o Brasil perde ao limitar a gestão tributária.

De acordo com o Núcleo de Tributação do Insper, enquanto países

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possuem custo administrativo tributário de 0,28% do PIB, no Brasil, esse peso é estratosférico: são 19,7% – sem colocar o contencioso judicial na conta. A perda acarretada por esse modelo institucional é absurda. Cálculo conservador feito por Leony e Verbicário chegou ao número: são R\$ 429,5 bilhões. Um absurdo!

Para se ter uma noção do tamanho do desperdício, esse total corresponde a 15% da arrecadação tributária anual do país, cujo valor previsto para 2022 é de R\$ 2,5 trilhões, somando os impostos municipais, estaduais e da União. Mais ou menos um mês de arrecadação. Nesse valor, cabem os ganhos de uma reforma tributária no país.

É inacreditável que o modelo de administração tributária esteja estacionado desde 1960. Naquele tempo, a fiscalização era pessoal e individual, sem o uso da tecnologia da informação. São 62 anos de estagnação! Indiscutivelmente, está aí uma trava à administração tributária. Se o Brasil quer mesmo entrar para a OCDE, tem um longo caminho pela frente. É necessário adotar e aplicar as boas práticas das administrações tributárias dos países líderes.

No artigo, os autores destacam a necessidade de o Brasil “trilhar o caminho da ciência da administração tributária”. Assino embaixo. É preciso ter um sistema tributário mais previsível, independente das leis tributárias em vigor ou que possam ser adotadas. Impressionante o montante de dinheiro perdido.

Parabéns Filiadas!

A CNSP parabeniza suas filiadas por mais um ano de trabalho duro em favor dos direitos do servidor público:

Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo – AFRESP

28 de fevereiro – 75 anos

Associação dos Escreventes Técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AECOESP

8 de março – 55 anos

Associação dos Auditores de Tributos do Fisco Municipal de Goiânia – AFFIM

10 de março – 43 anos

Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ASPAL

6 de abril – 19 anos

Associação dos Servidores Públicos do Paraná – ASPP

1º de maio – 91 anos



Neste ano, nos despedimos de dois grandes parceiros na luta em favor dos servidores públicos.

Elísio Gonzaga da Silva - Presidente da Associação dos Auditores de Tributos do Fisco Municipal de Goiânia (AFFIM) e 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

Oscar Antonio Klos – Suplente do Conselho Fiscal da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

A CNSP manifesta o mais profundo pesar pelas perdas irreparáveis. Continuemos honrando o trabalho realizado em vida por nossos amigos.

O INFORMATIVO CNSP É O ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA: Antonio Tuccilio (Presidente), Amaro de Mello Vasconcellos (2º Vice-Presidente), Lucieni Pereira da Silva (Diretora de Assuntos da Área Federal), Rafael Rodrigues Aguirrezábal (Diretor de Assuntos Municipais), Luiz Manoel Gerales (Secretário Geral), Mauro Rodrigues Pinto (1º Secretário), Wagner Dalla Costa (Diretor de Finanças), Lizabete Machado Ballesteros (Diretora Adjunta de Finanças), Julio Bonafonte (Diretor Jurídico), Gaspar Bissolotti Neto (Diretor de Imprensa e Divulgação), Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (Diretora de Assuntos Parlamentares), Valdir Suzano (Diretor de Assuntos Internacionais e Integração) e João Carlos Milani Santos (Diretor de Assuntos da Área Estadual). VICE-PRESIDENTES REGIONAIS: Paulo Sebastião Gonçalves Olympio (Vice-Presidente da 1ª Região - Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Álvaro Miguel Rychuv (Vice-Presidente 2ª Região - Paraná e Mato Grosso do Sul), José Gozze (Vice-Presidente da 3ª região - São Paulo), Derly Ávilla Corrêa (Vice-Presidente da 4ª região - Rio de Janeiro e Espírito Santo), Manoel Do Nascimento (Vice-Presidente 5ª Região - Mato Grosso e Rondônia), José Carlos Cosenzo (Vice-Presidente da 6ª Região - Minas Gerais), Carlos Kauark Kruschewshy (Vice-Presidente 7ª Região - Bahia e Sergipe), Luciano Albuquerque Florêncio (Vice-Presidente da 8ª Região - Alagoas, Pernambuco e Paraíba), Djalma Pires (Vice-Presidente da 9ª Região - Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), Adherbal Silva Pompeo (Vice-Presidente da 10ª Região - Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá), João Batista Teixeira (Vice-Presidente 11ª Região - Goiás, Tocantins e Distrito Federal). CONSELHO FISCAL: Gilmar Belluzzo Bolognani, Carlos Roberto Martins de Lima e Nivaldo Campos Camargo. SUPLENTE: Eduardo Pereira Quadros Souza. PRESIDENTES EMÉRITOS: Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam).

COORDENAÇÃO GERAL: Antonio Tuccilio. REDAÇÃO E EDIÇÃO: Marcela Caseiro. PROJETO GRÁFICO E DESIGN: Carolina Oliveira e Henrique Huluiany. TIRAGEM: 500 exemplares. CNSP: www.cnsp.org.br | cnsp@cnsp.org.br | (11) 3105-7940. Rua Bittencourt Rodrigues, 88 - 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01017-010.